#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 2024

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

#### EMENDA N° de 2024

om a seguinte redação:
"Art.106
I - 100% (cem por cento) para a CBS e 20% (vinte por cento) para o IBS, na aquisição de botijão de treze quilogramas de gás liquefeito de petróleo e energia elétrica considerando-se encargos e serviços de transmissão e distribuição atrelados, quando unidade consumidora for participante do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), nos termos da Lei 14.300/2022;

### **JUSTIFICAÇÃO**

De acordo com os art. 156-A, §5°, VIII e art. 195, §18, ambos da Constituição Federal, cabe a lei complementar definir as hipóteses de devolução do IBS e da CBS, sendo obrigatória para as operações com energia elétrica e gás liquefeito de petróleo.

O PLP nº 68/2024 prevê um cashback de (i) 100% para a CBS e 20% para o IBS na aquisição de botijão de gás; (ii) 50% para a CBS e 20% para o IBS nas operações de fornecimento de energia elétrica, água, esgoto e gás natural; e (iii) 20% para a CBSs e o IBS nas operações com os demais produtos, exceto aqueles sujeitos ao Imposto Seletivo.

Tendo isso em vista, de acordo com a redação do PLP nº 68/2024, operações de fornecimento de energia elétrica serão contempladas com 50% de cashback para a CBS e 20% para o IBS, visando reduzir a renda comprometida das famílias de baixa renda com a conta de luz.





#### CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Gabinete do Deputado Ricardo Ayres (Republicanos/TO)

Contudo, entendemos que a geração própria de energia elétrica pode ter maior impacto em termos de economia para as famílias de baixa renda e ainda reduzir o montante de cashback necessário, visto que, neste caso, os tributos usualmente incidem apenas sobre o mínimo faturável da conta de luz e utilização do sistema de distribuição (fio B).

Desta forma, o cashback, que tem por objetivo direcionar a redução tributária para quem mais precisa, pelos benefícios citados acima, deve ser concedido em seu maior percentual para a conta de energia de unidades consumidoras de famílias de baixa renda que participem do Sistema de Compensação de Energia Elétrica, trazendo maior retorno para famílias que instalarem estes sistemas, permitindo a elas gerarem sua própria energia e ter menor renda comprometida com a conta de luz.





# Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Ricardo Ayres)

Institui o Imposto sobre Bens e Serviços - IBS, a Contribuição Social sobre Bens e Serviços - CBS e o Imposto Seletivo - IS e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD247691840900, nesta ordem:

- 1 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
- 2 Dep. Laura Carneiro (PSD/RJ) LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

